



Entre a flora e a literatura: A Jurema e a circulação de saberes entre povos indígenas e africanos

Evelyn de Jesus Jeronimo – Bolsista Cnpq

Graduanda em História

Universidade da Região de Joinville –
UNIVILLE

E-mail: evelyndocumentos@outlook.com

Roberta Barros Meira

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).
Docente do Programa de Pós-Graduação Patrimônio Cultural e Sociedade da
Univille.

E-mail: rbmeira@gmail.com

Resumo

Essa proposta de pesquisa se deu pela pouca ênfase dada pela historiografia aos usos de plantas sagradas em espaços que envolvem as práticas religiosas indígenas e afro-brasileiras. Assim o objetivo é analisar os discursos presentes na literatura brasileira e nos livros produzidos por folcloristas brasileiros sobre a representatividade cultural da jurema. A pesquisa será desenvolvida com o método da análise do discurso, utilizando como fonte primária textos literários, cartas e pesquisas folclóricas, que abordam o tema das religiosidades da jurema. Pretende-se contribuir para a articulação entre a análise histórica das fontes literárias e os trabalhos que versam sobre o folclore e os saberes populares elencado na pesquisa, compreendendo o processo de religiosidade, de construção de saberes e dos usos da flora.

Palavras-chaves: jurema; folclore; plantas sagradas.



INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se ao desenvolvimento de um projeto de iniciação científica nomeado “A Jurema na Literatura Brasileira e Seus Registros Folclóricos”. Uma pesquisa sobre a representatividade da jurema em diversos registros folclóricos, a qual compõe um grande panteão-afro-indígena brasileiro, e a sua presença conhecido como tronco da jurema. A história das bebidas, drogas e plantas, remete a um âmbito pouco conhecido da história das sociedades humanas: o da vida material, da cultura material e a cultura imaterial, o que o homem, come, bebe, veste, onde mora e também os remédios com o que se cura e se consola, como lembra Carneiro(2005). O projeto se encontra na fase inicial, sendo assim, o artigo está conduzido para os textos dos anais ao evento do XVII Encontro Estadual de História (ANPUH-SC), pretende-se encaminhar nossa estrutura das pesquisas em andamento.

Revisão de Literatura

Em 1935, Mario de Andrade passou a ser Diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo três anos depois com as suas missões de Pesquisas Folclóricas pioneiras no contexto atual em que estava vivendo discussões sobre identidade brasileira. O objetivo das missões era registrar músicas, danças, contos, festas, cerimônias e entrevistas no Norte e no Nordeste Brasileiro, a equipe contava com Luís Saia (chefe da missão), que na época era estudante de engenharia e arquitetura, Martin Braunwieser, técnico musical, Benedicto Pacheco, técnico de som e Antonio Ladeira, ajudante geral.

Nessas missões de pesquisas científicas, cerimônias do catimbó foram fotografadas, esses registros têm um rico conteúdo sobre as feitiçarias do



catimbó, com detalhes desde roupas a objetos usados. Gostaríamos de ressaltar a importância da imagem na história como cita Knauss,

“Não se pode deixar de reconhecer o potencial de comunicação universal das imagens, mesmo que a criação e a produção delas possam ser todas caracterizadas como atividade especializada. A imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais e ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido da visão.” (KNAUSS, 2006, p.99).

A imagem é um componente de grande destaque, mesmo que nem sempre é reconhecida como fonte de pesquisa, pelos profissionais da História. Por isso decidimos fazer os usos históricos dessas iconografias registradas por Mario de Andrade em 1938, em nossa pesquisa. Outra fonte de pesquisa seria os diários de viagem de Mario de Andrade, após participar de uma cerimônia do catimbó ele anota em seu diário,

“Não escorreguei no areão, não quebrei a perna, nenhum cachorro latiu para mim, nenhum cangaceiro existia em Natal, porque o meu corpo, pela força musical dos deuses estava fechado para sempre contra as injúrias dos ares, da terra, debaixo da terra e das águas do mar. Preço 30 mil reis.”.¹

É inegável, realmente, que o interesse gerado pela atuação de Mario de Andrade estimularia uma maior atenção aos saberes e tradições populares. Mas, por motivos diversos, acabou-se por privilegiar o tão reconhecido patrimônio de pedra e cal (CHUVA, 2012). Só a partir do final do século XX, as tradições populares voltariam a ser priorizadas, transforma-se em um dos principais espaços de demarcação de poder e quebra da segregação impostas ao patrimônio negro e indígena. O reflexo desse longo processo de reconhecimento seria uma tolerância dada ao consumo dentro dos espaços religiosos, mas um quase apagamento sobre plantas sagradas em religiões afros e indígenas nas pesquisas científicas e no campo patrimonial, como destaca Henrique Carneiro (2004, p.117).

Existe tolerância oficial no Brasil ao uso de jurema no catimbó e da ayahuasca no contexto religioso das seitas do Santo Daime e União do Vegetal. As formas químicas puras dos seus principais componentes ativos — DMT, Harmina e Harmalina — continuam, entretanto, proibidas e vedadas até mesmo na pesquisa científica, em acordo com a legislação imposta por tratados internacionais.



Carneiro (2004, p. 103) diz que essas intolerâncias existem desde o contexto colonial, ao falar que todas as plantas americanas sagradas para os indígenas e proprietárias de DMT foram mira de perseguições pela Igreja Católica e a administração colonial. Sobre esse aspecto, Luís Câmara Cascudo faz o registro de apreensões dos catimbozeiros no ano de 1939,¹

(1) – Fatos Policiais. Catimbózeiros nas malhas da Polícia. Foram presos no dia 8 do corrente, pelo Delegado do 3.º Distrito, quando realizavam uma sessão de Catimbó nas proximidades do Morro Branco, o indivíduo José Francisco da Silva e a mulher Francisca do Nascimento. Pela mesma autoridade foram intimados a comparecer à referida Delegacia, a fim de prestarem declarações, por acusação da prática de Catimbó, as seguintes pessoas: Benevenuta Maria Gomes, residente na baixa da Coruja; Rita Duarte da Silva, residente à avenida Dois; Elvira dos Santos, residente também à avenida Dois, n.º 677; Joana Maria da Conceição, residente em Lagoa Sêca; João Ascendino, residente à avenida Dez, n.º 522; Luís França e Silva, residente à rua Amaro Barreto; João de Sales, residente à Travessa Seis; Diomedes Dantas, também residente à travessa Seis; Luís Bento dos Santos e sua mulher, Francisca Ferreira dos Santos, residentes no Quilômetro Cinco; e Francisco Ribeiro do Nascimento, residente à Avenida Trinta e Um, em poder de alguns destes foi apreendida grande quantidade de material usado nas “sessões.” (A REPUBLICA, Natal, 15 de Setembro de 1939). (CASCUDO, 1951, p.16)

Pedro Stoeckli Pires (2010), em sua dissertação de mestrado, aborda a religiosidade da jurema como forma de expressão e sentimento. A pesquisa teve como base tanto fontes orais como iconográficas produzidas através de entrevistas, filmagens das cerimônias da jurema e fotografias sobre as vivências seguidas ritualmente através do vinho da jurema, nos terreiros de Recife e Olinda. Pires ressalta o âmbito regional da jurema, utilizada tipicamente em religiosidades mais difundidas em Recife e Olinda. O vinho da jurema é essencial para a potencialidade espiritual e para as incorporações. O vinho da jurema é composto de gengibre, casca da jurema preta e a cachaça curtida por três dias e mel. Assim como o vinho, o cachimbo é um elemento essencial, a fumaça contém um enorme poder, pois os recados e os trabalhos são enviados através dela. Os saberes dos juremeiros sobre a fumaça é de

¹ . Disponível em: <<http://culturabrasil.cmais.com.br/programas/veredas/arquivo/catimbo-abrecaminho>>. Acesso em 22/08/2018



suma importância, é preciso conhecer a fumaça, a preparação do fumo diferencia-se para cada trabalho específico. Ademais, para os atores religiosos, a fumaça tem um papel de tirar todos os atrapalho da vida da pessoa, remover as negatividades e a escuridão. Através desses elementos ocorrem as incorporações de entidades, cada uma com suas características distintas, com danças e posturas típicas que compõem um esquema corporal próprio de cada ser espiritual.

A jurema também está presente no complexo ritual Toré² dos índios Kiriri localizado no sertão baiano do município Banzaê. No ritual, o objetivo é a possessão, pois é dela que os encantados se manifestam, esse encantamento ocorre através do clímax das danças e do vinho da jurema. Ele é um símbolo para o ritual e também o estopim para as possessões. Para os índios, os encantados (a), mestres(a), encantos, gentios ou caboquinhos, são entidades benéficas que se incorporam no ritual, são benéficas sobretudo por serem vivas, e não ter tido a experiência da morte. Os encantos podem se apresentar como forma de animal e muitos caçadores, creem que seu aparecimento são avisos de doenças e padecimentos para si mesmo. Durante o transe, percebe-se uma mistura de português com uma língua ininteligível, que é tomada como a língua dos antepassados: o gentio brabrio, ou os cabocos dos tronco véio, que seria a língua que os Kiriri não puderam conservar. (Pires, 2010)

O terreiro do ritual também é chamado de ciência pelos Kiriri. O acesso é exclusivo para os entendidos e índios que são consultados junto com os encantados. As consultas dizem sobre aconselhamentos e proteção de diversas doenças. Dada as respostas, os tratamentos são de diferentes maneiras como: defumações chás, banhos de folhas, ou aconselhamentos. A cerimônia do Toré é composta por diversas etapas, com espaços diferentes para cada sessão. O ato final do ritual é chamado de Sereia, uma cruz é delineada com várias velas colocadas em filas duplas sobre o chão do terreiro. No Toré o tabaco é um elemento essencial para o ritual, é um objeto que se

² O Toré é um ritual de ampla difusão sobre as populações indígenas no nordeste.



designa de uma forma hereditária, pois seu porte é para os entendidos, é usado nas cerimônias, e nas consultas. A fumaça do cachimbo é soprada da cabeça para os pés no movimento que se faz uma cruz. Com esse ato busca-se a proteção e cura, o fumo é chamado também de Badzé, que é umas das poucas palavras do léxico da antiga língua Kiriri que persistiram, como cita Marco Tromboni (1994).

Clélia Moreira Pinto (1995) discute as dissemelhanças e semelhanças do culto da jurema entre os grupos indígenas, terreiros de Xangô e cetros de Umbanda em Recife. Os indígenas Atikum também têm como ritual o Toré. Conforme Pinto (1995, p.6) nesse caso, o Toré seria uma “Dança de caráter religioso praticadas por vários grupos indígenas no Nordeste, onde ocorrem incorporações de entidades míticas, os “encantados”, e entidades de mestres caboclos.” A autora cita um trecho esclarecedor sobre o culto da jurema no geral.

Considerada por aqueles que utilizam como portadora de um efeito mágico-curativo, o culto da jurema distingue-se pelos seguintes aspectos: O transe mediúnico configurado pela presença de entidades espirituais; ingestão de bebidas e limpeza pelo fumo. Quanto às entidades, é necessário salientar que podem ser antepassados míticos, como no caso do grupo do Atikum, ou ainda, espíritos de pessoas que desenvolveram grande mediunidade sendo, então, reconhecidas como Mestres e Caboclos, para o caso dos espíritos de índios. (PINTO, 1995, p.28).

Nesse sentido, a pesquisa buscará, igualmente, compreender as diferentes formas de valores do culto da jurema para os grupos aqui apresentados. Ou seja, para os Atikum, a ação da jurema está relacionada as demandas de representatividade étnicas do grupo, que como os rituais, concede o contato com os seus antepassados, reforçando suas resistências por terra e identidade. Para os Xangonsistas, o culto da jurema é entendido como uma religião secundária aos Orixás, e a jurema não é seguida como religião e sim como filosofia de vida. Para os umbandistas, procura-se com o culto da jurema, agregar as particularidades da religiosidade indígena.



Ademais, Henrique Carneiro (2004, p.113) destaca a presença da Jurema em obras literárias conhecidas como o Romance de Iracema (1865) de Jose de Alencar. Mais do que a centenária apreciação crítica e popular de Iracema, pouco ou quase nada é dedicado a importância de um elemento fundamental dessa obra, que seria a jurema. Para ele, esse Romance tem uma relevância marcante no imaginário brasileiro desde o século XIX. “Toda a estrutura da narrativa é composta em torno do fio da jurema, seu consumo é o que aproxima os amantes e a violação do seu tabu é o que os lança fora da tribo.”

Enfim, o projeto de pesquisa buscar revisitar essas fontes, primárias ou secundárias, que possam identificar esses novos patrimônios que quebram uma amnésia social de parte expressiva das populações. É preciso não esquecer a experiência e os saberes dos antigos através da evocação da natureza. Isto é, são comunidades e plantas que transportam a carga da história e que arrastam atrás de si as heranças das gerações anteriores.

Metodologia

Nosso projeto de pesquisa parte da análise do método do discurso, utilizando como fonte primária textos também literários, cartas e pesquisas folclóricas, que abordam o tema das religiosidades da jurema. Em semelhante linha de análise, o projeto privilegia o romance brasileiro Iracema, de Jose de Alencar, conhecido também como uma lenda do Ceará (1865); Os sertões de Euclides da Cunha (1902), o livro “Meleagro” de Luís da Câmara Cascudo. Ressalta-se a importância dessa fonte, por se tratar de um livro construído em 20 anos, com depoimentos e pesquisas sobre a Magia branca do Brasil. Através desse livro, podemos estudar o que é catimbó e as diferenças que apresenta em relação à macumba e o candomblé, Câmara Cascudo cita o Romance de Iracema, dizendo que a jurema faria os guerreiros brancos sonhar. No âmbito



da análise do discurso, a jurema é descrita em diferentes literaturas associada como a planta da magia e dos sonhos e a do feitiço.

Por fim, analisaremos o acervo iconográfico das fotografias das cerimônias do catimbó registradas por Mario de Andrade em sua expedição na Missão de Pesquisas Folclóricas. Este projeto apoia-se na obra de Margarida Neves (1995, p. 15-31), que considera as obras literárias como narrativas subjetivas do “real vivido”, situadas nas interseções entre a ficção e a realidade, considerando tais registros como testemunhas-chave do tempo cotidiano onde foram escritas.

Por outro lado, utiliza-se a noção trazida pela História Ambiental da visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (PÁDUA, 2010). Dessa forma, analisar estes discursos apoiando-se na História Ambiental permite perceber a estreita relação entre os diferentes pontos de vista que diziam respeito à natureza e a cultura. Como afirma Worster (2004, p. 119-131), a História Ambiental pode oferecer um conhecimento profundo da nossa cultura.

Resultados Esperados

Nosso projeto está na fase inicial, a qual se tem no momento algumas leituras citadas aqui, ao decorrer do projeto pretende-se contribuir para a articulação entre a análise histórica das fontes literárias e os trabalhos que versam sobre o folclore e os saberes populares elencado na pesquisa, compreendendo o processo de religiosidade, de construção de saberes e dos usos da flora.

No estudo de caso realizado seria articulada a bibliografia, teoria e documentação, sendo sistematizado em um artigo, no qual serão feitas as devidas considerações sobre o tema, visando atingir os objetivos propostos. Ao fim da pesquisa e dentro do calendário acadêmico da Universidade, articulado



ao cronograma da pesquisadora, o material construído será apresentado em eventos científicos e um artigo será submetido à uma revista acadêmica.



Referências

CASCUDO, Luís Camara. **Meleagro**: depoimento e pesquisa sobre a magia branca do Brasil. 1º ed. Rio de Janeiro: Agir, 1951.

CARNEIRO, H. **As plantas sagradas na história da América**. *Varia História*. N. 32. p. 102-119, 2004.

CARNEIRO, H. 1960. **Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas**: histórias e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas/ Henrique Carneiro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CARTA do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, ao rei [D. João V], sobre a administração da justiça, os atos do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Bento Bandeira de Melo, as obras da fortaleza do Cabedelo e a despesa da Fazenda Real, de 1741 a 1742. Anexo: 3 docs. In: Projeto Resgate.<http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/123456789/57984>. Data de acesso: 08/05/2018.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In Revista do Patrimônio, nº 34/2012. Rio de Janeiro: IPHAN.

DE PAULA, Júlio. Catimbó abre caminho, 2009. Cultura Brasil. Disponível em: <<http://culturabrasil.cmais.com.br/programas/veredas/arquivo/catimbo-abre-caminho>>. Acesso em 22/08/2018

GONSALES , P. C. **A missão de pesquisas folclóricas realizadas pelo departamento de cultura de São Paulo na gestão de Mario de Andrade, (1934 a 1938) e suas contribuição para a cultura popular brasileira**. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, São Paulo, v. 1, n. 07, p. 54-57, 2013.

NASCIMENTO, M. T. S. **“O trono da jurema” Ritual e etnicidade entre povos indígenas do nordeste - o caso Kiriri** -. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

NEVES, Margarida. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (org.). **Cronistas do Rio**. CCBB: Rio de Janeiro, 1995.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto. **Ecologia e política no Brasil**. Espaço e Tempo: Rio de Janeiro, 1987.

**MEMÓRIA
PATRIMÔNIO
DEOCRACIA**

**Anais do XVII Encontro Estadual
de História da ANPUH-SC**

21 a 24 de agosto de 2018
UNIVILLE – Joinville/SC

ISSN: 2316-1035